

O Jongo Renascer de Vassouras. História, Identidade, Poesia

The Jongo Renascer de Vassouras. History, Identity, Poetry

José Jorge Siqueira¹, Luís Carlos Rodrigues dos Santos².

Resumo

Trata-se de um renascimento de antiga forma de expressão do afro-brasileiro, onde se misturam história, identidade cultural e poesia.

Palavras-Chave: Jongo. Vassouras. História e Identidade Cultural.

Como citar esse artigo. Siqueira JJ, Santos LCR. O Jongo Renascer de Vassouras. História, Identidade, Poesia. Revista Mosaico. 2015 Jan./Jun.; 06 (1): 05-15.

Abstract

It is a revival of old african-brasilian form expression, where is mixed history, cultural identity and poetry.

Keywords: Jongo. Vassouras. Hisrory and Cultural Identity.

O jongueiro é um feiticeiro da palavra.
(Anônimo, passado por seu Zé Bolero)

Refazendo a teia

Não se falava mais de Jongo em Vassouras, muito menos lá em casa. Eu nasci no samba. Meu pai, o Zé Bolero, possuía uma escola de samba famosa na cidade, chegava a reunir, nos anos de 1960, mais de mil pessoas num desfile, isto numa cidade pequena como é Vassouras não era pouca coisa. Era uma negrada só, havia uns poucos brancos, mas era uma negrada só. E era pra valer! De tanta musicalidade, encantamento, vigor, da arte popular; cada um querendo fazer melhor que o outro, alas impecáveis, o público ficava perplexo, como pode? Tudo fruto de muito ensaio, lá em cima, na rua de terra batida ainda; aquilo ficava entupido de gente. Havia um parceiro do pai, que desenhava os modelitos, as costureiras.

Eram três casais de mestre sala e porta bandeira, mais um casal mirim, que vinha ser eu e minha irmã Rosângela. Eu via o seu Nelito, e ele era um mestre sala extraordinário, porta bandeira com ele passava sufoco, ele não parava; aquilo me encantava. Havia meu tio Joãozinho, de quase dois metros de altura, 1,98m, meu pai lhe dera um chocalho grandão. Nunca vi até hoje alguém dançar e tocar um chocalho como ele... com

aquela alegria, aquela coisa genuína, aquela coisa que é nossa, sktan, sktan, sktan, aquele baita negão... eu era muito colado com ele, ele me ensinara a fazer pipa e tal, a arte de fazer pipa. Logo eu, que me considerava o aluno mais burro do grupo escolar...

Havia a rainha da escola, a rainha da bateria, que era a minha tia Marilene. Zé Jorge, vou dizer uma coisa pra você, era encantador, aquela arte de dançar, aquela manha... Onde ela aprendeu assim? Isso é coisa dela, já veio junto... As pessoas ficavam assim deslumbradas, o prefeito, no palanque, sabe como é... Meu tio comandando a bateria, com aquele apito, pririiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiii, priripipi, priripipi, priripipi, sktan, sktan, sktan, olha... Pesada, minha bateria é uma bateria pesada, dizia seu Zé Bolero.

A escola de samba do velho foi até os anos 80. Do caxambu não se falava mais em Vassouras. Lá em casa era uma espécie de tabu, de proibição. Morei uns tempos na cidade do Rio de Janeiro, ali na Ana Néri, próximo da Mangueira, trabalhando na central de medicamentos do governo, onde muitos negros trabalhavam. Aquela turma do Império Serrano, da Portela, me levava pro samba. Nunca me esqueci do dia em que dançando na quadra da Mangueira despertei a atenção de Xangô da Mangueira, do Delegado - mesmo sem saber da importância dele como mestre sala, que tanto daria o que falar -, que se aproximou e veio tirar

1. Historiador.

2. Cacalo. Amo do Jongo Renascer de Vassouras.

uns passos comigo. Me transformei em animador cultural, por indicação do Darcy Ribeiro. Morei uns tempos também em Copacabana, ali na Barata Ribeiro, mas o interessante é que nunca fui me banhar no mar. Um dia voltei a Vassouras.

Barra 70

*Olha a noite, olha o dia
Porto da barra, maresia
Acarí, Meriti, Piabetá
Asfalto de bagaço
Metais cortantes, vivelas
De senzalas na panela
Olha noite, olha o dia
Porto da barra, agonia
Africano talvez, pernambucano quiçá, republicano nem sei
Olha noite, olha o dia
Porto da barra, hipocrisia
Dos brutos que chegaram, de tudo o que deixaram
Tanto mar; tanto fazia
Bela tarde que sorria.*

José Jorge

Nos anos 90 resolvemos botar nosso bloco na rua, certamente em sintonia com o que ocorria no país com o despertar de uma nova consciência sobre a Questão do Negro no Brasil. Afinal, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o próprio Estado brasileiro reconhecia finalmente ser a sociedade brasileira racista e preconceituosa para com os afro-brasileiros e que era necessário enfrentar isso, sob pena de manchar de forma indelével a projeção internacional do país no concerto das nações, para não falarmos nas deformações sociais internas cada vez mais insuportáveis. Nesse contexto ganha assento ministerial a Fundação Cultural Palmares, o 20 de Novembro (dia do nascimento mitológico de Zumbi dos Palmares, que correu terras, céus e mares influenciando a Abolição) transforma-se nacionalmente em Dia da Consciência Negra, num contraponto ao caráter extremamente conservador significado pela Abolição do Treze de Maio; as terras das comunidades negras ocupadas desde o período escravista passam a objeto de jurisprudência na Constituição de 1988, a difusão do *black is beautiful*, a valorização da mulher negra, etc.

Então, na terra tida como dos barões, resolvemos botar o bloco na rua, apresentar tudo, a caninha verde, a folia de reis, as rezadeiras, os sanfoneiros, o calango, a culinária afro-brasileira, realizar um desfile da beleza negra.

A negra Fátima comentou comigo na ocasião: Cacalo, havia muito aqui em Vassouras o caxambu, em festejos memoráveis no largo da igreja do Rosário. Agora só em Barra do Piraí, com o Tio Juca. – Ah, é? Pois eu vou lá nele.

Cacalo, meu irmão, agora digo eu, José Jorge. Todos sabem da importância do caxambu para o meio

social negro no tempo do cativo. Hoje em dia se reconhece que a escravidão não significou simplesmente senhores dominadores e escravos aterrados. Não, entre um e outro havia uma série infindável de intermediações, onde a necessidade de negociar se impunha como imprescindível para garantir um mínimo de estabilidade e sobrevivência ao sistema, que, afinal, durou mais de trezentos anos. Se sabe, por exemplo, da existência de quilombos no próprio espaço dos latifúndios, com os senhores, incapacitados de acabar, tendo de negociar a convivência; diversos tipos de quilombos existiram aos milhares ao longo dos trezentos de escravidão, inclusive nas barbas do imperador na quinta da Boa Vista. Se sabe da existência de negros (pretos e pardos) feitores, mesmo, no caso do Vale do Paraíba, de barão negro (o de Guaraciaba), proprietário de várias fazendas. Outras formas de resistência e concessões poderiam ser aqui enumeradas, passando pela política de possibilidades de constituição de famílias de cativos, a concessão de terras para cultivo próprio dos escravos, as alforrias diversas, a abertura nas leis propiciando a defesa nos tribunais dos direitos adquiridos, como ocorre especialmente nos século XIX; as grandes rebeliões e levantes, a exemplo de Manoel Congo e Mariana Crioula em Vassouras.

E certamente o uso da cultura como uma forma também de resistência cultural e política: insidiosa, envolvente, como no caso da importância assumida pela culinária de base africana, com seus temperos, uso de legumes, formas de preparar a carne, o peixe, que dominou a cozinha na Colônia e mesmo no Império brasileiro, inclusive nas casas grandes. Assim com a transferência de saberes econômicos, como os ligados à extração do ouro, atestada em nomes bantu de vários instrumentos de trabalho de escavação, bateia e forja, usados nas Minas Gerais. Também na incorporação dos talentos africanos para a música dos conjuntos e orquestras, ou no aperfeiçoamento dessa mão de obra pelos artífices europeus nos ofícios mecânicos e artísticos – como atestam os escravos ocupando praticamente todas as funções do trabalho manual naquela sociedade; no valor de sua presença atestada na arte e arquitetura do barroco pernambucano, baiano, mineiro, fluminense, de igrejas e mosteiros, no embelezamento das cidades, etc.

Neste contexto se encaixa o jongo do Sudeste brasileiro. Esta “brincadeira” bantu, concedida pelos senhores escravocratas para alegrar os cativos nos terreiros, desviando-os de maus pensamentos, realizada em feriados e dias santos, tida pelo etnocentrismo branco dominante como manifestação de selvageria e lascívia, transforma-se em valiosa forma de recuperação da identidade, típica de uma cultura lúdica, feliz e de grande religiosidade. Os feiticeiros africanos e afro-brasileiros encontravam ali uma forma de escapar à censura das casas grandes e cultivar seus ancestrais (sim, pois a religiosidade africana tradicional, em

grande medida, tem por base o culto aos seus ancestrais valorosos), recuperar seus ritos e preceitos religiosos tão ligados ao dia-a-dia da vida; também se divertir pura e simplesmente, além de transmitir em linguagem cifrada (na língua bantu de existência milenar e hoje normativa, pois se fala e se escreve em bantu) toda uma cultura de deboche ao estabelecido, tornando implícita a consciência que se tinha dos males da escravidão. A capa de legalidade, ao ritmo do sincretismo, explica as realizações festivas em dias dedicados aos santos católicos, muitos deles negros ou negras, ou a eles identificados, a exemplo de Nossa Senhora do Rosário, e São Benedito, já então apropriados e assimilados de forma sincera à devoção daqueles, e em igrejas muitas vezes construídas pelos próprios negros e libertos, geralmente organizados em irmandades.

Questão de Fé

Em matéria

De religião

Estou

Como Nietzsche

(embora não tenha necessitado de sua opinião)

Só acredito num Deus que dance!

José Jorge

- Do jongo não se falava lá em casa, mas ele estava lá. Quantas vezes peguei minha mãe cantalorando na cozinha coisas tipo, “eu tenho pena, meu pai, eu tenho dó, o galo preto bateu no carijó”. E isto é jongo puro!

Tio Juca tocou alguns pontos do jongo para mim. Aquilo me subiu pelas veias, tomou meu corpo, saí dançando. – Machado! (que é uma forma de interromper as cantigas, ou indicar a solução das demandas de um ponto), ordenou Tio Juca. – Nego véio falou pra você que não tem mais idade para brincadeira. Meu filho, você está brincando com nego véio? Você não disse que veio aqui para aprender? Você dança jongo como ninguém, o que é isso? – O senhor acha que eu ia sair de Vassouras para vir aqui brincar com o senhor? Eu quero aprender, eu quero montar um grupo de jongo em Vassouras.

Comentei com minha mãe. Ela sorriu. Meu pai me chamou e disse: - Vem cá filho, você anda mexendo com essa coisa de jongo, aprendendo a batida, não é? Pois eu vou te mostrar a língua do tambor, escuta só (numa tradução livre): “quando eu morrer, minha mulher vai ficar pra quem? Quando eu morrer, minha mulher vai ficar pra quem? Tundum, dundum, tac, tundum, dundum; ficar pra mim, ficar pra mim, ficar pra mim, katac, katac, katac”. Compreendeu? O tambor grande pergunta, “quando eu morrer, minha mulher vai ficar pra quem?”; e o candongueiro responde, “ficar pra mim, ficar pra mim, ficar pra mim”. Compreendeu?

- O interessante disso tudo Cacalo, comenta o

José Jorge, é que lembro agora de um aluno nosso não propriamente de História, pois ele fazia Engenharia Ambiental na Universidade, mas que conheci, pois nos hospedávamos na mesma pousada, o Fandé, da Guiné Bissau (recebera bolsa de estudos da Universidade Severino Sombra e está por concluir os cinco anos de curso), ao me relatar da linguagem dos tambores em sua terra. Para minha perplexidade, a ponto de ter sido (a linguagem emitida pelos tambores) importante meio de comunicação nas lutas de libertação nacional, avisando às comunidades e aos guerrilheiros os deslocamentos e posição das tropas portuguesas – e isto a grandes distâncias, pois são tambores vazados, tocados na horizontal, batidos a pau. Fandé me dizia que um seu irmão ainda domina essa linguagem, embora ele não mais.

- Sabe, Zé Jorge, um belo dia estou na cidade e encontro o seu Dejair. Ele me fez saudações calorosas e confidencia: - Você tem mesmo a quem puxar! Seu avô vai estar orgulhoso de você, rapaz! Você é neto de Waldemar, Grande. Seu avô era um negro de dois metros de altura, quatro por quatro! Cacalo, ali na igreja do Rosário, na subida de onde é hoje a Universidade, havia as festas dos pretos. A roda de caxambu de seu Waldemar, Grande era muito respeitada, ai de quem desrespeitasse a roda de caxambu de Waldemar, Grande. Seu avô, rapaz, era um homem respeitadíssimo aqui.

Fiquei sem entender nada. Papai, o que é isso? – Vou te explicar. Seu avô foi acusado de ter roubado um rádio. Seu avô foi preso. Ele era um homem muito íntegro. Sabe o que ele fez? Muito respeitado, pediu ao carcereiro que lhe trouxesse uma lata de salsicha, no que foi atendido. Ele então abriu a lata e se abriu de uma ponta a outra, e jogou tudo dele de dentro para fora! E foi aquele corre-corre, levaram para o hospital, mas não teve jeito. Nisso, quando soube, o rapaz se acusou: fui eu quem roubou o rádio!

- Aí é que fui entender porque meu pai jamais falara de meu avô, porque o assunto caxambu lá em casa era um tema proibido.

- Na ocasião, Cacalo, continua o velho Zé Bolero, eu tinha doze anos, era o mais velho de uma turma de oito filhos. Cai em campo, tinha de ajudar sua avó. Eu limpava as ruas, os córregos, ali defronte à reitoria da Universidade, onde passava a linha de trem. Ganhava meu dinheirinho, ajudava a sustentar a família. Seu avô, rapaz, não tinha medo de nada. – Agora é que meu pai anda soltando alguma de meu avô.

- Cacalo, você me contou a mim, José Jorge, que ele (seu avô) matava um boi num abraço de pescoço. Pois olha, fui, faz algum tempo, a uma exposição no Museu Histórico Nacional sobre um povo, uma etnia africana dita hereros, que vive no Sul de Angola, próximo ao deserto da Namíbia. Aliás, a escolha desse lugar inóspito, difícil, se deve às migrações desse povo evitando a escravidão que trouxera para as Américas

e o Brasil milhões de africanos. É um povo milenar, resultante da expansão civilizatória bantu de 2500 atrás, vindos do leste do continente. Estão na região desde fins do século XV.

Pois bem, esses hereros são um povo nômade e que vive do pastoreio, sendo o gado bovino a sua principal riqueza – é incrível o tudo o que eles tiram do gado para viver. Observei nas fotos, no vídeo realizado, como são fortes, altos, as mulheres formosas, todos com dentes bonitos, não vi ninguém obeso. Você sente a liberdade plena com que vive cada indivíduo, incluindo aí as mulheres. Todos se excedem no trato com os cabelos, em configurações surpreendentes, e que hoje se vê por aí nos jovens do mundo. Têm contatos com outras sociedades para, em regime de troca, obter o que não produzem – ainda que sejam críticos do que percebem estar acontecendo no mundo. Consultaram os ancestrais para saber se poderiam permitir o trabalho de fotografia e vídeo.

Infelizmente tenho de dizer que já em pleno século XX – após, portanto, terem sobrevivido ao tráfico atlântico de escravos – os hereros por pouco não foram totalmente exterminados, perdendo cerca de 70% de sua população. Agora feito realizado pela civilizada Alemanha, de Hegel, Goethe, Kant, Beethoven, Wagner, mas que entre 1904 e 1907 invadiu as cobiçadas terras e riquezas naturais dos hereros, massacrando o povo, pois, país industrial, já dispo de armas de repetição; também usaram o envenenamento das fontes de água. Em 1985 a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu ser esse um verdadeiro genocídio.

Pois bem, na exposição acima referida, vi herero matando boi num abraço de pescoço! Alguém segura o rabo na contra mão, o outro lhe torce o pescoço! Sem trauma para o bicho, rapidamente. Como me impressionou muito quando você me falou de seu avô, lembrei imediatamente dele! Eis aí um bantu!, pensei, Waldemar, Grande! Obviamente que ele não aprendeu isso por aqui, na cultura do baronato do café, que vivia recomendando, a exemplo do barão do Paty do Alferes, que, serra acima, não se dá (ao escravo) carne; comem feijão temperado com sal e gordura e angu de milho, três vezes ao dia.

Um pouco de História

O primeiro Censo Demográfico do país, ainda em plena época proto estatística, o de 1872, aponta $\frac{3}{4}$ da população de Vassouras (o que incluía as paróquias de Nossa Senhora da Conceição, Mendes, Paty do Alferes, Ferreiros e Sacra Família) como sendo de pretos e pardos. Às vésperas da Abolição, portanto, num regime que durara mais de trezentos anos, era inofismável o peso e a importância da descendência afro brasileira na região. Referência fundamental na contabilidade

das fazendas, a escravaria chegava a representar mais de 50% do valor estimado das propriedades. Mesmo considerando, no caso dos latifúndios, os gastos exorbitantes das residências luxuosas, desproporcionais ao tamanho das famílias, ornadas do bom e do melhor importados de França, Itália, Alemanha, etc. A lógica da produção previa mais e mais mão de obra para o aumento quantitativo do produzido, às custas da melhoria na produtividade e, sobretudo, no caráter mais humano no trato com os trabalhadores, invariavelmente expostos a jornadas diárias de trabalho de 14 a 18 horas.

Os métodos arcaicos, entrando em contradição face às sofisticadas bibliotecas encontradas nos casarões, possuíram outro agravante. Sim, pois se pode argumentar ser aquela a “racionalidade” do sistema, mas não se pode sustentar a ausência de alternativas científicas e de inovação tecnológica postas ao alcance do mercado, dada a revolução agrícola ocorrida na Europa desde meados do século XVIII. Por aqui se privilegiou antes a vigilância sobre os trabalhadores à melhoria de seu trabalho. A cinza foi considerada durante muito tempo um dos melhores adubos para o plantio. Resultado: estima-se que entre 1788 e 1888 a devastação da floresta primária, da incomparável Mata Atlântica localizada ali há milênios, tenha consumido o equivalente a trezentos milhões de toneladas de biomassa florestal transformada em fumaça, isto para produzir cerca de 10 milhões de toneladas de café, de baixíssima produtividade por hectare e onde não se prezava o café pela qualidade. Por sua vez, a arroba de café à época era vendida, por média, a 5\$, ao passo que os atravessadores estrangeiros monopolizadores da atividade, sem botar a mão no trabalho de plantio, colheita e transporte até o porto do Rio de Janeiro, vendiam a mesma arroba por 16\$ no mercado final.

A natureza não tardou a cobrar o preço a essa verdadeiramente irresponsável relação com o futuro do país: chuvas torrenciais fora de época, entupimento de riachos e córregos com uma lama que a tudo esterilizava, chuvas essas acompanhadas por longos períodos de secas, alteração nas temperaturas médias, pragas (a lagarta e o gafanhoto insaciáveis, os túneis intermináveis de formigas vorazes), a morte de um tesouro inestimável de fauna e flora, o definhamento da navegabilidade pelo rio Paraíba do Sul que corta a região dando-lhe ligação com o mar. Em muitos lugares, via de regra, pouco a pouco restaram os casarões inertes, carregados de reminiscências de um passado de pompa e circunstância – dizem ser prática em algumas dessas sedes de fazenda receber turistas com negros e negras vestidos à feição dos tempos da escravidão, além dos senhores e senhoras também a caráter; estes, certamente, muito bem vestidos, pois eram os alfaiates e modistas franceses os profissionais mais bem pagos e procurados naquela Vassouras.

*Na floresta
tombaram jequitibás
vidas
e perobas que-não-são-mais-do-campo*

J.J.

Ainda tanto tempo depois, temos de discordar de um autor clássico da história de Vassouras, o norte-americano Stanley Stein, quando conclui que, com a Abolição, negros (pretos e pardos) libertos não foram integrados à sociedade, posto que, “despreparados” para a liberdade, foram entregues à própria “sorte”. Essa idéia é também defendida por vários outros autores, e disseminou-se em sociedade.

Ora, a pergunta que não quer se calar é a seguinte: quem estava preparado para Liberdade?

O baronato e, em geral, como tendência, seus descendentes mais imediatos? Aqueles que em março (repito, março) de 1888 reunidos em duzentos participantes, no Paço Municipal de Vassouras, ameaçaram surrar um de seus iguais ao ouvir dele claramente que o melhor a fazer era mesmo acabar de vez com a escravidão, sem mais, nem menos? Baronato aquele, em grande maioria, provindo da ralé européia (alemães, franceses, italianos e, sobretudo, portugueses), a fazer a América como se dizia, e que abandonaria no mesmíssimo 1888 os títulos de nobreza recebidos da monarquia que extinguiu a escravidão sem indenizações como eles pretendiam, passando-se incontinentes à República que se anunciava. Ou seus descendentes que simplesmente aferroaram-se às oportunidades “abertas” que a república burguesa lhes ofereceria, dadas as transformações mínimas nas estruturas econômicas do país face ao seu modelo agrário dominante – portanto, garantindo aos grandes proprietários o peso de suas influências retrógradas e iminente hegemonia política?

Tanto pau no mato, embaúba coroné!

No Treze de Maio de 1888, após três dias consecutivos de festa, justamente de muito jongo, no que puderam, negros e mulatos trataram de abandonar aquela cena de horror que se extinguiu, rejubilando-se com a liberdade. As mulheres negras foram as primeiras a abandonar em massa as casas grandes, deixando-as inertes, aparvalhadas, pois eram sua cozinha, a cama, sua mesa. Mudavam de propriedade, trocavam de região, migravam para a cidade do Rio de Janeiro, aboletando-se na Baixada Fluminense, nos subúrbios, nos morros, cortiços e favelas que então surgiam na cidade. Ora, o senhor não vive sem o escravo, sendo que o inverso não é verdadeiro, daí a sabedoria expressa no verso de Dona Ivone Lara, da gloriosa Escola de Samba Império Serrano, do morro da Serrinha - terra de Vó Maria Joana, rezadeira, emblemática figura do jongo, mãe de Mestre Darci – quando diz num samba famoso, “negro é a raiz

da liberdade”.

De resto, não se cumpriram os receios das classes dominantes de se seguir ao 13 de Maio uma anarquia generalizada, atos de vandalismo, de vingança, e que tais. Para a massa de libertos o fundamental de seu projeto político havia se realizado. Malgrado a aguda consciência dos limites daquilo que acontecera, como expresso no ponto de jongo até hoje recitado, como um clássico do gênero,

*A princesa deu liberdade,
mas não deu banco pra sentar.*

E diríamos, acrescentando, nem os escolares, pois se a Constituição Imperial de 1824, a primeira do país, garantia o ensino primário por parte do Estado (ainda que excluísse os escravos de frequentá-la), aquela de 1891, a da República, dita da civilização e da modernidade, retirava aquele preceito prerrogativa do Estado e, ato contíguo, proibia o voto do analfabeto! Isto significaria uma verdadeira rasteira no povo brasileiro, tanto que não ultrapassaria a 5% o percentual de eleitores nas primeiras eleições presidenciais da jovem (e tão velha) República.

Neste sentido vem nossa (obviamente não estamos nós) discordância acima referida. O afro brasileiro não estava “despreparado”, ou não fora abandonado “à própria sorte”, como pretenderam as análises. Mesmo seu português truncado dos pontos de jongo, em língua de preto velho, misturando o português ao bantu (não é à-toa que existe um Dicionário Bantu do Brasil, com mais de dois mil vocábulos, escrito por Nei Lopes) tinha mais que razões para assim ser. Quanto mais não seja tiraram-lhes a língua materna em curso natural de desenvolvimento (o bantu, já se disse, é hoje uma língua normativa, pois se fala e se escreve em bantu; se sabe da tradução da Bíblia para o guese etíope no século IV - repitimos, século IV -, e assim por diante), e ainda por cima lhes dificultaram ao máximo a escolaridade cidadã.

Em outras palavras, o ambiente pós-Abolição da I República no Brasil, 1889/1930 (e por muito mais tempo ainda) seria extrema e conscientemente adverso ao afro brasileiro, num regime que em muito se aproximou do apartheid, embora muito especial e único no mundo, posto que dissimulado e aparentando ser o que não era. Por exemplo, concursos para aspirantes a oficiais do Exército brasileiro, durante a I República e anos 30 e 40 afora, não proibiam, mas pela fotografia barravam os candidatos pretos e pardos eventualmente aprovados. Por sua vez, o que dizer do Itamarati? No atacado, os cerca de dois milhões de imigrantes recebidos na virada do século XIX para o XX sob o signo da modernização, da civilização e, diga-se, do branqueamento da população – veja-se isto defendido abertamente na apresentação do Censo Demográfico de

1920, escrito por Oliveira Vianna - tenderam o ocupar todas as profissões competitivas surgidas com a expansão do capitalismo e da urbanização moderna, inclusive as educacionais e científicas, especialmente em São Paulo, centro dinâmico daquelas transformações – ainda que muitas vezes também eles fossem penalizados pelas regras duras do sistema que mal ensaiava os primeiros passos.

Diplomaticamente

Vi

Muitos negros

Servindo

Cuidando dos cisnes

É pouco.

J. J.

Às massas populacionais negras (as exceções sempre existiram desde sempre, sob certas condições) restaram, em geral, o emparedamento e a adversidade culturais, econômicas e políticas de aviltantes e duradouras consequências a serem debitadas na auto-estima e limitações de horizontes sociais os mais diversos, estigmatizando-lhes gerações e gerações, como ainda hoje se faz sentir. Essa marginalização paradoxalmente ensejou neste meio social a criação de alternativas culturais e sociais próprias, singulares, dando origem a expressões das mais genuínas no concerto cultural da nação, que o digam o caxambu, o tambor de crioula, os maracatus, a capoeira, o chorinho, o samba, a tradição cultural dos Orixás. Por sua força avassaladora tais manifestações acabariam por se transformar em preponderantes no seio da cultura popular do país, conferindo a este último notória singularidade no concerto das nações. Mesmo a cultura erudita seria altamente influenciada por tais criações, especialmente a partir do Modernismo de fins da República Velha, quando ocorre uma volta sobre si mesma da percepção e realizações estéticas no Brasil; assim com os trabalhos de Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazaré, Villa Lobos, Portinari, Di Cavalcanti, na literatura de Mário de Andrade, Jorge Amado, Jorge de Lima, e mesmo, no interesse despertado nas ciências sociais a exemplo da antropologia, da sociologia, da história.

Em Vassouras o peso demográfico dos afros brasileiros daria prova contundente nos anos pós-Abolição: a população involuiu! No 1º e mais importante distrito (o de Conceição), por exemplo, o número de habitantes passava de 10.664 para 9.666, entre 1872 e 1900, correspondendo à reação imediata da massa de libertos: sair daquele ambiente hostil para si e seus descendentes. Neste sentido, a Abolição tinha sido para valer. Eis que o liberto passou a ser visto como uma espécie de estorvo à nova sociedade, ergueram-se as ideologias do vagabundo, do bêbado, do desordeiro, do “primitivo” e inferior. Aquilo que tinha sido a solução

para o funcionamento econômico-social por mais de trezentos anos, alimentado pelo tráfico atlântico de escravos, e defendido até a derradeira hora pelas classes ditas superiores, passa a ser visto como um empecilho ao que consideravam “progresso”, “modernidade”, “civilização”, pois o meio social negro/mulato teria sido “estragado” pela escravidão. Invertia-se a ordem das coisas, portanto.

Ora, se o trabalhador era corrompido, anti-social, degenerado por costumes incivilizados, tratava-se de corrigi-lo, trazê-lo à ordem, em nome da moral burguesa então em emergência. Nada escaparia ao zelo normativo: a família negra “desorganizada”, o jovem negro cobiçado como aprendiz ao se educar, os costumes e tradições como praticados pelos negros tidos como antros de arruaças, bebedeiras, orgias, a religião de base africana jamais entendida como tal, transformando-se em objeto de perseguição policial, etc.

Todavia, contraditoriamente, era necessário ordenar o trabalho da massa social negra. Ainda que com todo o cuidado para não parecer a retomada da escravidão – até porque inaceitável pelo homem e mulheres negros – tornam-se visíveis os traços extremamente opressivos daquelas iniciativas. Consideram os fazendeiros que o liberto devia continuar o trabalho em ternos ou grupos, dirigidos por fiscais ou vigilantes. Dificultava-se ao máximo a autonomia e mobilidade desse trabalhador, atribuindo-lhe a peja do “despreparo”, da “irresponsabilidade”, da “preguiça”, etc. O trabalhador liberto devia, por via de regra, restringir-se ao salário. No limite, o imigrante europeu encarnaria o modelo do novo trabalhador ideal – ainda, como foi o caso na maioria das vezes, estivesse nas mesmas condições do trabalhador nacional. Existe estudo a demonstrar que até mesmo em fábrica (de tecidos) que viria a se desenvolver na cidade de Vassouras no princípio do século XX, o trabalhador afro brasileiro foi rejeitado, por força do racismo e da discriminação, a incorrer inclusive entre os operários.

Questão de cor?

Datilógrafo, não

Tabelião, não

Empreiteiro, não

Industrial, não

Oficial de Justiça, não

Relojoeiro, não

Hoteleiro, não

Barbeiro, não

Capitalista, não

Administrador de fazenda, não

Fazendeiro, não

Engenheiro, não

Professor, não

Muitos mendigos

Jornalista, não

Eletricista, não

Advogado, não

*Comerciante, não
Dentista, não
Ai de mim!*

José Jorge

(A partir da identificação de pretos e pardos segundo as profissões, num dos raros documentos de época que relacionam profissão e cor – os atestados de óbito -, entre 1920 e 1943. Conforme o Arquivo Municipal de Vassouras)

Se sabe que os imigrantes italianos que vieram para o Brasil possuíam em sua maioria níveis econômicos e culturais os mais baixos - muitas vezes, por exemplo, analfabetos em sua própria língua. Entretanto, recebidos com a auréola dos estereótipos positivos face aos novos ideais do trabalho livre, lograram com muito mais chances que os afros brasileiros integrarem-se e, mesmo a duras penas, ascender a padrões sociais mais seguros ou promissores. Foram mais aceitos como colonos e arrendatários nos latifúndios decadentes – em geral, ao liberto, apenas a jornada de trabalho -, e como tais passaram produzir alimentos para si e não raro para a venda, além do que recebiam pelo trato dos cafezais e pela colheita; sendo-lhes possibilitado, com parcimônia e moderação, o acúmulo de pecúlio. Recebiam moradia como era comum, contavam com incentivos dos fazendeiros, a lhes dar segurança no trabalho; eram pagos por tarefas extraordinárias.

Tudo isso lhes permitiu, em muitos casos, a formação de capitais para a compra de terras, geralmente a prazo, agregando propriedades aos poucos - os casamentos entre si podia ser uma estratégia da acumulação. Possuiriam, os imigrantes, maior credibilidade para empréstimos, hipotecas, comumente entre eles mesmos. Não raro transformar-se-iam em comerciantes (padarias, vendas a retalho, etc) ou pequenos “industriais”. Desenvolveriam verdadeira paixão pela terra e pelos negócios em família, certamente a significar a liberdade de ação, e com isso, as estratégias da parcimônia enfim das primeiras gerações.

Já se percebeu que não se formou na região, nem no Brasil, um campesinato negro, de pretos e pardos, na proporção de sua importância demográfica e histórica com relação à terra, a não ser nos quilombos? Pode a felicidade do negro ser senão uma felicidade guerreira?

Portanto, tudo aquilo era o inverso do que se destinava ao afro brasileiro. Proveniente de um quadro familiar dilacerado pela escravidão tornar-se-ia extremamente difícil a recomposição desses laços, dadas as adversidades conscientemente montadas pelos novos tempos. Jornais do Vale do Paraíba de época, por exemplo, apontam a onda de casamentos entre afro brasileiros no imediato pós Abolição, como a apressar a busca da dignidade social – malgrado suas reclamações quanto aos elevados preços desse procedimento à época; e ser comum, entre os nubentes, a identificação apenas pelo primeiro nome, sem sobrenome – imagine-

se a partir daí as dificuldades legais para outros procedimentos civis.

Avulta também o número de cônjuges filhos naturais, de pais não casados oficialmente. Por sua vez, abundam na imprensa comentários maledicentes ironizando a nova condição social daqueles que continuavam a maioria da população e tinham sido os maiores responsáveis por todo o trabalho direto que construía o patrimônio do país. Num exemplo paradigmático, Machado de Assis, fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, nascido no morro da Providência, pertinho do extinto cais do Valongo, de triste memória, neto de libertos por parte de pai, quando adolescente, tinha verdadeiro pavor de ser confundido como um liberto, dada a insegurança social que cercava tal condição.

Há um interessante caso da fazenda Cantagalo, em Paraíba do Sul, que precisa ser lembrado ainda uma vez. Legada pela Condessa do Rio Novo, em 1882, aos seus 244 escravos, muitos desses entrados no país pós 1850, portanto, livres em teoria. Todavia, o ato de alforria e doação das terras, tido como de piedade cristã, conteria alguns limites constrangedores e que jogariam no fracasso a intenção caridosa da ilustre senhora, irmã remida das Ordens de S. Francisco de Paula, Santa Teresa de Jesus e de Nossa Senhora da Piedade, na Corte, e das de S. Francisco de Assis, Nossa Senhora de Sant’ Ana, na freguesia de Cebolas, e do Santíssimo Sacramento, na cidade de Paraíba do Sul.

Eis que o testamento referido, ao conceder a liberdade aos cativos (dizem que liberdade não se ganha, se conquista), criava uma colônia agrícola, sob a denominação de Nossa Senhora da Piedade, à qual foram distribuídos lotes de terras a serem repassados aos libertos adultos, para o cultivo do cafezal e de cereais para a subsistência. Ao mesmo tempo, o testamento também criava a Irmandade também dita de Nossa Senhora da Piedade, que fica encarregada de administrar a colônia agrícola referida, através da mesa diretora da entidade, fiscalizada, por sua vez, pelo Juiz de Direito e pelo presidente da Câmara Municipal local. Ora, está a se ver, as terras concedidas aos libertos não se transformaram em propriedade plena, ao contrário, seriam supervisionados pela elite local, obviamente com interesses ligados à grande propriedade. Por sua vez, ditava o testamento ser a metade da produção obtida pelos trabalhadores destinada à Irmandade criada, a qual se esforçaria, na medida de seus recursos, em criar asilos ou recolhimentos para criação e a educação de menores desamparados, hospícios de loucos e hospital de lázaros.

Em suma, como poderia um empreendimento um comercial sustentar-se doando a metade do produzido a outrem e a fundo perdido?

Ainda assim, conforme o insuspeito relatório do Boletim da Sociedade Central de Imigração dos anos de

1883 e 1884, malgrado todas aquelas adversidades, o que se sabe é que os pretos fizeram progressos notáveis na propriedade enquanto puderam suas forças: ergueram rapidamente, em um ano apenas, 58 casas de moradia, todas separadas e independentes, algumas já com relativa comodidade (portas e janelas pintadas, quartos assoalhados, etc); aumentaram a produção de cana de açúcar de 4 para 10 carradas, entre 1883 e 1884; idem na produção de café, com a manutenção de 500 mil pés da planta (beneficiadas no engenho central administrado pela Irmandade referida). A produção de milho, base da alimentação dos colonos e dos animais, passou de 40 a 110 alqueires no terceiro ano de concessão - milho, por sinal, inteiramente pertencente aos colonos, não necessitando dividi-lo com a Irmandade. O mesmo aconteceu com o feijão, de produção quase nula, passando a 80 alqueires no segundo ano de trabalhos, o que se repetiu com a mandioca, o amendoim, o arroz, a batata, o inhame, a banana. Os cafezais mantiveram-se limpos e entre as plantas, nos intervalos, cultivaram o milho, o feijão; passaram a sobrar laranjeiras nas orlas dos cafezais. Os caminhos achavam-se muito bem mantidos, posto que desembocavam na estrada de ferro. A felicidade voltou à cara dos trabalhadores, anota o circunspeto Boletim.

Afinal, foi ou não foi uma covardia histórica o que fizeram com a massa de libertos da escravidão no país inteiro, sob a peja de para que preto quer terra? O grandioso país, fabuloso legado deixado pela colonização portuguesa, perdeu ou não perdeu ali a primeira grande oportunidade de se transformar numa sociedade mais justa e plural; mais, desatando um tremendo potencial implícito em seu povo? Veja-se bem, estamos evitando ao máximo idealizar um africano e seus descendentes no Brasil como pairando acima do bem e do mal, “puros”, coisa inexistente na realidade; antes, buscamos analisar, isto sim, as tendências gerais porque passaram tais segmentos tão expressivos enquanto coletividade na história do país.

André Rebouças, negro retinto, foi competente e destacado engenheiro de fins da monarquia, responsável por grandes obras de infra-estrutura no país, pela modernização das docas do Rio de Janeiro, então o segundo maior porto das Américas, atrás apenas de Nova York, professor na Escola Politécnica, abolicionista de primeira hora, autor de interessantes estudos sobre como amenizar os males do latifúndio na vida econômica e social do país e dos libertos da escravidão. Por que será que ele auto exilou-se em África no imediato pós Abolição, morrendo por lá de forma abrupta (fala-se em suicídio), amargurado com os rumos tomados pela República face à Questão do Negro no Brasil?

Tanto pau no mato, embaúba coroné!

Diversão, consciência histórica e modernidade

Negro Velho

*Esta sua roupa azul e branca
não é mais roupa, é manto
de tradição, poesia, resistência cultural
esta sua cabeça negra, branca de cabelos
não é mais razão, é sonho
de mulher, criança, de um país.*

J. J.

Ao contrário do que previram algumas análises e prognósticos, o jongo não se acabou com a chegada da industrialização, da urbanização e da sociedade de consumo capitalista, burguesa. Em grande medida, não se acabou porque não se acabaram antigas questões ou dinâmicas histórico-sociológicas de tempos atrás, como vimos.

*“A liberdade não ficou do nosso jeito.
Deram liberdade, cadê nossos direitos?”*

(Seu Manoel Moraes, Quilombo de Santa Rita do Bracuí).

Ao passar aos novos tempos, ao conviver com eles, transformando-se e atualizando-se simultaneamente, aquelas demandas se permitem sobreviver. Por sua vez, enriquecidas, mais do que simplesmente conviverem com os novos tempos, passam a oferecer a estes alternativas promissoras, fecundas, para sua própria transformação, rumo a algo melhor em síntese.

Jean-Paul Sartre dizia que ao mudar o mundo, muda-se a filosofia de interpretá-lo. Uma outra reserva moral de nosso tempo, o economista historiador Celso Furtado ponderava, como pioneiro da teoria da dependência no Brasil e na América Latina: “não adianta crescer, se o desenvolvimento é tão desigual”. De fato, o PIB (Produto Interno Bruto, o resultado de todas as riquezas produzidas pelo país) do Brasil multiplicou-se em cem vezes ao longo do século XX, segundo o IBGE. Todavia, ficaram quase intocadas as mazelas dos sucessivos momentos desse desenvolvimento: a concentração fundiária, o extraordinário êxodo rural, o inchaço das cidades, o subemprego, uma das maiores concentrações de renda do planeta, o alto padrão de consumo das elites, somente comparável àquele dos países ricos (senão a superá-los), deformando as prioridades econômico-financeiras de uma sociedade realmente independente, etc.

O Jongo, pois, não se acabou. Muito embora não seja mais o grito parado no ar entre a casa grande e a senzala, entre a liberdade e o insano pelourinho. Ao contrário, emite sinais inequívocos de uma sobrenatural sobrevida.

*“Deixa a moreninha passear,
deixa a moreninha passear”*

(São José da Serra – Valença).

Senão vejamos. Em 2005 o velho Jongo se remoja quando se institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, a configurar o patrimônio cultural brasileiro e se cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Ato contíguo, em dezembro daquele mesmo ano, o Jongo do Sudeste foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão como Patrimônio Cultural do Brasil, conforme instrução do IPHAN.

*“É, é, me Salve todos os jongueiros!
Ó Deus nos Salve o Cruzeiro!”*

(Lazir Sinval – Serrinha, RJ)

No plano estadual, a Comissão de Cultura da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, estabelece 26 de Julho como “Dia Estadual do Jongo”, expressando as conquistas de antigas e novas gerações de jongueiros e jongueiras nessa luta.

*“Oh gente eu vou pro jongo,
para tocar o meu tambu
Quero disparar meu ponto, como flecha de ticum”.*

Délcio J. Bernardo – Angra dos Reis

Em 2007, gestores do IPHAN e do Ministério da Cultura implantam o Programa Cultura Viva, para potencializar com recursos os bens registrados como patrimônio imaterial, através dos chamados Pontões de Cultura. No ano seguinte, 2008, estabeleceu-se o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, constituído como programa de pesquisa e extensão da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o IPHAN e as comunidades jongueiras. O Jongo Renascer de Vassouras é uma das dez comunidades do estado do Rio de Janeiro a integrar o programa, ao lado daquelas da região da Costa Verde (Angra dos Reis, Paraty), do Noroeste do estado (Miracema, Porciúncula e Santo Antônio de Pádua), da cidade do Rio de Janeiro (o Jongo da Serrinha), além daquelas do próprio Vale do Paraíba (Arrozal, Barra do Pirai, Pinheiral, Valença).

- Zé Jorge, vou te dizer uma coisa. Na primeira apresentação do Jongo Renascer de Vassouras, em 1998, as pessoas juravam ser esse um grupo muito antigo. Na verdade, elas não estavam erradas, não. Veja bem, minha mãe era jongueira, minha família toda era jongueira, sou neto de jongueiro... Apenas não sabia, não é? Era um mistério.

Estamos aqui, Cacalo e eu, José Jorge, no chamado Buraco do Negro, nas dependências da Casa da Hera, bucólica residência transformada em museu, e onde morou a benemérita da cidade Eufrásia Teixeira

Leite, sobrinha do barão de Vassouras, filha do mais importante comerciante de café da cidade ao seu tempo. De forma insólita Eufrásia legou grande parte de sua fortuna para a cidade de Vassouras, sua terra natal.

O “Buraco” é um lugar incrível: um túnel de bambuzal, um largo, sombreado por frondoso pau d’arco, árvore símbolo de espaços onde negros se reuniam no tempo da escravidão. É preciso colocar uma placa identificando o significado desse logradouro! A chácara está muito bem cuidada, transformada em museu vivo, prestando-se à visitação turística, a aulas e práticas de múltiplos saberes, no centenário e belo arredor da propriedade. A própria ex-senzala foi adaptada para acolher os arquivos históricos do município e do IPHAN local. Não fora o Cacalo, nascido e criado em Vassouras, jamais saberia estarmos ali no Buraco do Negro, assim como na ex-senzala, onde também pesquisamos.

- Até que comecei a resgatar essa história, continua o Cacalo. Aquilo estava guardado ali. A família toda sabia dançar. Havia ali guardado um presente, entende? O caxambu, ao se apresentar, trouxe todo esse tesouro de volta, aquela magia. Você parar, ficar olhando de fora, e sentir aquele prazer estampado no rosto das pessoas, aquela gana. E entender tudo o que o jongo trazia de volta... Aquela voz ancestral, espiritual, aquela catarse, aquele grande descarrego, digamos assim.

As pessoas assistindo o jongo, as lágrimas aflorando. Senhores afro-descendentes virem cumprimentar, te agradecer, “obrigado, obrigado, obrigado”. Essa dimensão do caxambu foi uma enorme surpresa para mim. E o principal, Zé Jorge, o resgate não estava só na minha família. Estava no povo vassourense, no povo negro vassourense! Que dizia, “sou muito isso. Meu avô dançou muito, minha mãe fala de tanto”. Até hoje as pessoas te reconhecendo na rua, agradecendo, cumprimentando.

Negro sou

*Filho de Orixá
de Tupã, do Senhor do Bonfim
das cataratas do Nilo, ventre do Niger
mistura de barro e floresta amazônica
trago em minha senda o aparecimento do homem
pirâmides, a gazela, o tambor
atravessam meu coração os barcos negreiros
a espada e a cruz, o fel do açúcar, livros, estátuas de
mármore branco
palácios pintados com o sangue de meu avô
sou o café e o cacau alienados, o fogo na chaminé, a
matéria prima da rebeldia
mal de mim não falarão o jongo, o maracatu, o luar do
sertão, as greves do cais, a negra flor
os profetas de Congonhas.*

José Jorge

- Pois é, lá se vão dezesseis anos de caxambu, essa luta. Mas o principal é isso, o resgate da auto-

estima. Você atingir lá, ter certeza que mexeu lá. Eles sentirem orgulho, baterem no peito, “isso é coisa nossa, isso é coisa de negro, de nossa raiz”. Negros que nunca tinham falado desse modo, sabe como é? E isso repercutiu em Valença, em Três Rios, essa discussão invadiu a Universidade, pondera o Cacalo.

*Tava drumindo
Angoma me chamou
Levanta povo!*

Deixa estar que desde 2003 está estabelecido nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a necessidade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em todos os níveis da educação nacional, abordada não como uma nova disciplina, e sim inserindo-a nos diferentes conteúdos já então lecionados da Literatura, Artes, Sociologia, Educação Física e, é claro, da História propriamente dita. Afinal, como registramos acima, o Estado brasileiro finalmente reconheceu o caráter racista e preconceituoso da sociedade, e isto não tem mais retorno.

- Pois é, Cacalo, comenta o José Jorge, conforme você sabe, desde 1978, somando-se às forças democráticas do país nas jornadas contra o arbítrio dos governos militares pós 1964, essa coisa chamada Movimento Negro brasileiro tem realizado conquistas memoráveis – como aqui mesmo neste trabalho estamos constatando. A Questão do Negro no Brasil é hoje, sem dúvida, parte da agenda política, econômica e cultural do país.

Em 1988, com a abertura democrática, na chamada Constituição cidadã, como ficou conhecida, o racismo tornou-se crime inafiançável e imprescritível, sujeito de reclusão nos termos da lei. Também nos anos de 1980, em pleno centenário da Abolição, a mobilização do Movimento Negro centrou foco no sistema educacional, a fim de conseguir ações concretas que viessem modificar as concepções sobre a história do negro no Brasil e, mesmo, enfrentar os estereótipos a propósito da história da África.

Mas há uma distância entre intenção e gesto.

Me lembro, Cacalo, que tenho graduação, especialização, mestrado e doutorado em História sem jamais ter estudado África na Universidade! Num país como o Brasil, não estava na hora de mudar?

Ivone Costa Souza no livro “Crianças negras, deixei meu coração embaixo da carteira”, publicado em Porto Alegre em 2005, diz lá: “É muito difícil você combater um inimigo que se esconde, um inimigo que se disfarça, um inimigo que diz que não existe. É muito mais complicada a desconstrução do racismo quando ele tem formas sutis e mutantes como é o caso do racismo no Brasil”. De fato, a coisa por aqui, é muito mais sentida, internalizada, que exposta e discutida. Ou era.

Uma ex-orientanda minha, a Diana Maria de Lima

Costa – continua o José Jorge -, em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Severino Sombra/Vassouras, em 2013, intitulada *Livros Didáticos, História da África e Cultura Afro-Brasileira nas Instituições da Rede Estadual de Ensino de Volta Redonda: Um Estudo de Caso*, reproduz a seguinte entrevista que, dentre outras, realizou com alunos, professores e militantes da causa negra naquele município:

Nome: Tatiana Guedes Paiva Santos

Idade: 18 anos

Escola: Colégio Estadual Rio Grande do Norte

Data: 14/03/2013

Você conhece a Lei 11.645 de 2008 (a que regulamenta o ensino dos conteúdos da História da África e da cultura Afro-Brasileira)?

R. Não.

2. Você acha importante que o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira faça parte dos conteúdos escolares? Por que?

R. Sim. Porque estamos envolvidos de todas as formas, então precisamos saber da cultura desses povos.

3. Quais os conteúdos que você estudou sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira em outros anos escolares ou nesse?

R. Nenhum. O que sei da África é apenas em documentários na televisão, na escola não estudei sobre a África.

4. Quando se fala em África o que vem à sua mente?

R. Infelizmente apenas pobreza e miséria, porque é o que a mídia nos passa.

5. Quais assuntos sobre esse ensino você mais gostou?

R. Não estudei sobre a África.

Questão de Cor

Os negros do Zimbábue

Derrubaram

Cuspiram

Chutaram

Dançaram

Deram de picareta

Na estátua de Cecil Rhodes

E eu?

Por que não posso fazer o mesmo?

José Jorge

Machado!

A título de conclusão

Encimado pela bela igreja de Nossa Senhora da Conceição, eis em boa medida o centro da cidade de Vassouras: Praça Barão de Campo Belo, Rua Barão de Vassouras, Rua Barão de Capivary, Rua Visconde de

Araxá, Rua Barão do Tinguá, Rua Barão de Massambará. Ainda mais acima, no largo da igrejinha de Nossa Senhora do Rosário, paira a memória das festas dos pretos de Vassouras – eles que tanto fizeram e amaram esta cidade. Ali, a igreja bate o sino, mas é na dança do Jongo que eu vou.

Os autores deste artigo, em memória de nossos antepassados, reivindicam de forma respeitosa mas determinada, de quem sabe onde tem o nariz, o nome da rua lá de cima, onde um dia brincou o Jongo de Waldemar, Grande, com seu nome – sem o quê este trabalho jamais estará concluído. Angoma e candongueiro, o chocalho, a roda da saia dela estão batendo, e é pra valer.

Referências

Fontes

ARQUIVO MUNICIPAL DE VASSOURAS. O Município, 1902-1917.

_____. O Vassourense, 1888-1896.

BRASIL. Diretoria geral de Estatística. Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no 1º de agosto de 1872. Rio de Janeiro: Oficina Estatística.

BRASIL. Diretoria-geral de Estatística. Recenseamento da população da República dos Estados Unidos do Brasil, em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina Estatística

BOLETINS da sociedade Central de Imigração. Rio de Janeiro: Typ. Universal Laemmert, 1883-1884.

Bibliografia

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FURTADO, Celso. Entrevista. In: IBGE. Centro de Informações e Disseminação de Informações. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro, 2003.

PETRUCELLI, José Luís. Brésil, reproduction de la population, structure sociale et migrations, 1889-1929: mobilité sociale et métissage dans deux “municípios” de l’état de Rio de Janeiro. Tese (doutorado) – Paris, EHESS, 1993.

RICCI, Maria Fernanda. A tecitura de uma comunidade fabril: a experiência da Cia. Têxtil São Luís, 1930-1936. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2000.

RODRIGUES, Fernando. Os Indesejáveis. Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946). Jundiaí: Paco, 2010.

SIQUEIRA, José Jorge. Entre Orfeu e Xangô: a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil, 1944/1968. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

_____. Sarapuí (sorver-te), poesia. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

STEIN, J. Stanley. Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.